

1.Introdução [p.17]

1.1.O Tema: Poder sobre as periferias: a Casa de Bragança e o governo das terras no alentejo (1640-1668) [p.17]

1.1.1.Regime senhorial e historiografia: um balanço [p.17)

1.1.2.Pertinência do tema e objectivos de análise [p.27]

1.2.Fontes e metodologia [p.31]

2. A Casa de Bragança: governo central e administração periférica [p. 43]

3.Administração local, sistemas eleitorais e cargos camarários: o caso do ducado de Bragança (1645-1668) [p.61]

3.1.Organização administrativa [p.61]

3.2.Autos de eleição [p.64]

3.3.Processo eleitoral [p.66]

3.4.Singularidades do processo eleitoral da Casa de Bragança [p.76]

4.A «gente nobre da governança» de Vila Viçosa, de Arraiolos e de Monsaraz [p.83]

4.1.Caracterização sociológica das elites locais [p.84]

4.2.Elegíveis eleitos [p.104]

4.3.Nomeados [p.114]

5.O controlo do espaço político periférico [p.135]

5.1.Os instrumentos de acção senhorial numa perspectiva comparada: Portugal/ Castela [p.135]

5.2.A Junta da Justiça da Casa de Bragança e a difusão do sistema central de valores [p.142]

5.2.1.A prática jurisdicional: nomeações e substituições de oficiais [p.142]

5.2.2.A prática jurisdicional: a reacção às escusas e ao absentismo [p.146]

5.2.3.Problemas na governação das periferias: a falta de nobreza nas terras [p.157]

5.3.A prática jurisdicional: a acção dos ouvidores e dos juízes de fora [p.161]

5.3.1.A acção periférica dos ouvidores [p.162]

5.3.2.A acção periférica dos juízes de fora [p.170]

5.4.Em jeito de balanço [p.173]

Conclusão [p.177]

Fontes e bibliografia [p.183]

Anexos [p.193]